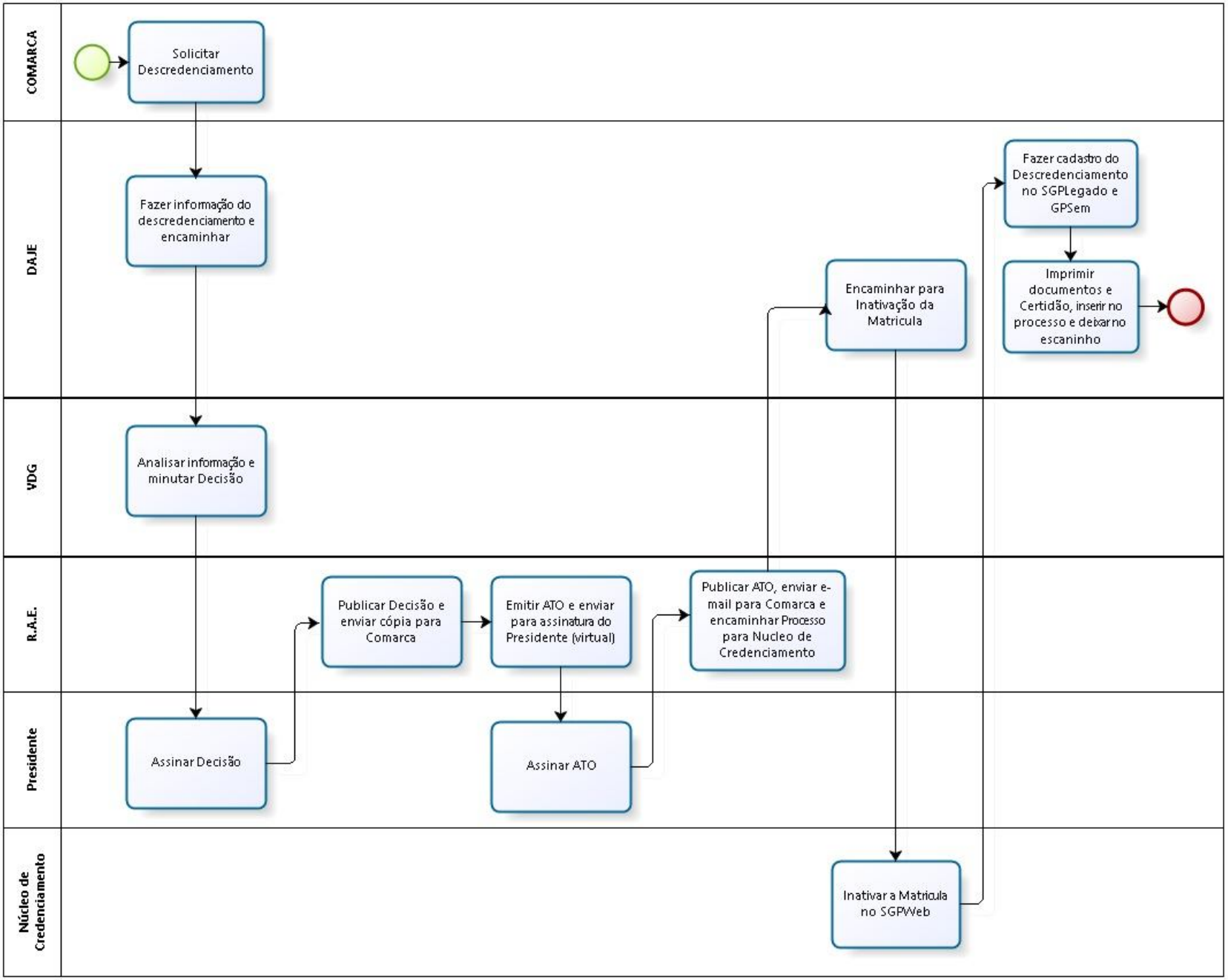DESCREDENCIAMENTO JUIZ LEIGO E CONCILIADOR